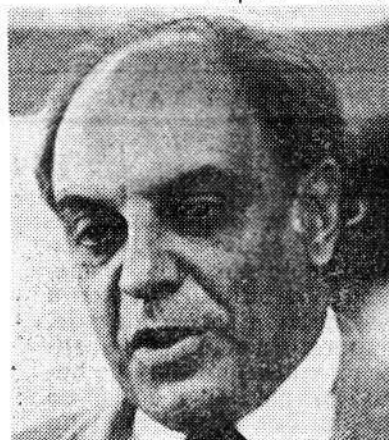


Hélio Costa tem rádio FM



Mendes Ribeiro é da RBS



Távola deixou o jornal

Távola quer mostrar isenção e suspende coluna em jornal

Brasília — O relator da comissão temática da Constituinte que encarregada de dar novo perfil do sistema de comunicação social do país, deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), e o vice-presidente, deputado Hélio Costa (PMDB-MG), não querem ser conhecidos como pessoas ligadas às Organizações Globo. Outro integrante da comissão, o deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RS), também vinculado a uma poderosa rede de comunicação, faz questão de dizer que agirá com independência na comissão.

Após escrever diariamente, durante 15 anos, uma coluna sobre televisão no jornal *O Globo*, Artur da Távola resolveu pedir demissão ontem. Ele explicou que não queria comprometer sua credibilidade como relator com o fato de ser empregado do empresário Roberto Marinho, proprietário da maior rede nacional de televisão.

Assim como ele, Mendes Ribeiro e Hélio Costa, ligados a redes de televisão, garantem que terão total isenção na Constituinte, ao discutir e votar a política de comunicação. Apresentador de um comentário diário de dois minutos da Rede Brasil Sul, Ribeiro apressa-se a dizer que trabalha como autônomo. Correspondente da Rede Globo em Nova Iorque por muitos anos, Costa assegura que não tem mais nenhum vínculo com a emissora, embora tenha apresentado há poucos dias a festa da entrega dos Oscars, transmitida pela Globo.

Já outro jornalista que também está na comissão, Carlos Alberto Caó, do PDT do Rio de Janeiro, tem motivos para se antagonizar com qualquer parlamentar que queira defender interesses das Organizações Globo, que, na sua opinião, lhe movem uma perseguição.

Explicações

"Acreditei que não deveria ser relator da comissão e, ao mesmo tempo, permanecer trabalhando para uma empresa ligada à Rede Globo", explicou Artur da Távola. "Tenho de demonstrar isenção, ficando equidistante de qualquer interesse, mesmo sofrendo, com a minha demissão, uma perda afetiva, salarial, emocional e até mesmo eleitoral, pois foi com o voto dos meus leitores que cheguei à Constituinte". O deputado pregou uma alteração na legislação de concessão de canais de televisão que, se for adotada, não cercearia a participação da iniciativa privada, como teme a Globo, mas tam-

bém dificultaria uma situação de virtual monopólio.

Para Távola, o caminho ideal é o da coexistência de emissoras privadas, estatais e outras ligadas a organizações da sociedade, como as universidades. "Hoje 95% das emissoras estão nas mãos do capital, que não tem se mostrado um administrador tão variado", diz ele. "Se queremos construir uma sociedade moderna e plural, devemos ter mais opções".

O gaúcho Mendes Ribeiro, que conquistou seus 325 mil votos baseado no prestígio que adquiriu através dos seus comentários na televisão, no rádio e nos jornais do Rio Grande do Sul, também quer a diminuição de poder da Rede Globo. Na sua opinião, a televisão estatal deve ser fortalecida e a concorrência entre as redes privadas incentivada. "Estou batendo palmas para a Manchete, a Bandeirantes e o SBT, redes que estão crescendo e mostrando que não pode haver monopólio de comunicação nesse país", afirma. "As televisões estatais, por sua vez, têm uma função eminentemente educativa, e poderiam disputar largas fatias do mercado, se promovessem os debates que a sociedade quer ver e ninguém promove".

Conselho de comunicação

Ao invés da concessão de canais pelo Poder Executivo, como ocorre hoje, Távola, Ribeiro e o mineiro Hélio Costa defendem a criação de um conselho de comunicação — composto por representantes do Executivo, do Legislativo, de empresários, de trabalhadores em comunicação e de organizações sociais interessadas — para decidir, com critérios claros e conhecidos, quem deve operar os canais.

"Devemos agir assim por respeito ao telespectador", disse Hélio Costa, que considerou "sem nenhum sentido" a hipótese de representar, na Constituinte, a vontade da empresa onde trabalhou. "Fui eleito pelo povo de Minas Gerais, não tenho nenhuma emissora de televisão e não estou aqui para defender os interesses de ninguém". Hélio Costa é proprietário da Rádio FM Sucesso, de Barbacena, cuja concessão, segundo os critérios vigentes, foi dada pelo Poder Executivo.

Parentescos

Da Subcomissão de Comunicações, Ciência e Tecnologia fazem parte pelo

PMDB, além de Artur da Távola, Hélio Costa e Mendes Ribeiro, o radialista França Teixeira (BA) — que começou sua carreira política lastreado no sucesso de seu programa de rádio em Salvador —, o senador João Calmon (ES) — que foi um dos principais dirigentes dos Diários Associados, outrora uma rede poderosa —, o senador Pompeu de Sousa (DF) — ex-presidente da Associação Brasileira de Imprensa em Brasília — e o deputado Antônio Brito (RS), ex-porta-voz do presidente Tancredo Neves e que ainda durante a campanha eleitoral continuava a assessorar a direção da Rede Globo em Brasília. Os outros pemedebistas que integram a subcomissão não são jornalistas: deputados Cássio Cunha Lima (PB), Cristina Tavares (PE), Márcia Kubitschek (DF) e Rita Camata (ES).

Pelo PFL estão os deputados Arolde de Oliveira (RJ) — que ocupou cargos no Dentel, no Ministério das Comunicações e na Embratel —, Rita Furtado (RO) — mulher do secretário-geral do Ministério das Comunicações, Rômulo Furtado —, Ângelo Magalhães (BA) — irmão do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, cuja família possui uma emissora de televisão e um jornal —, Paulo Marques (PE) — que no governo Roberto Magalhães tinha um programa diário na TV Tropical, do estado de Pernambuco — e Vinicius Cansanção (AL).

Os pedetistas são, além de Caó, os deputados Francisco Humberto (MG) e João de Deus (RS).

O PDS indicou os deputados Arnaldo Fioravanti (SP) — um dos proprietários da Rede Capital de Comunicações, de São Paulo, eleito em **dobradinha** com o radialista Afanásio Jazjazi, que defende a pena de morte em programa de rádio —, Salim Curiati (SP), Francisco Diógenes e Aécio Borba (CE) — proprietário das rádios Uirapuru de Canindé e Morada Nova.

Os petebistas são José Elias (MS), Roberto Augusto Lopes (RJ) — pastor e radialista — e Solon Borges dos Reis (SP).

O deputado Álvaro Vale, do PL do Rio de Janeiro, já teve um programa de televisão.

Os representantes do PT não têm relação direta com os meios de comunicação: são o professor Florestan Fernandes (SP) e o bancário Olívio Dutra (RS).

Covas recua e agora admite eleição

Brasília — Nas subcomissões em que o PMDB tiver o direito de indicar o presidente (11) ou o relator (13), se não houver acordo entre os pemedebistas que disputam os cargos, a questão será decidida através de eleição prévia. Esse é o resultado da reunião do líder do partido na Constituinte, Mário Covas, com os 22 coordenadores de bancada. A solução representa um recuo de Covas diante da pressão de descontentes com a indicação dos relatores das comissões e do chama-

do grupo moderado. Covas, que resistia às eleições prévias, disse, no entanto, esperar que não se precise "chegar a elas".

Mas o líder do partido na Constituinte não deixa de seguir sua estratégia inicial, segundo seus assessores. Na primeira fase, a da formação das comissões, no momento de indicar os relatores Covas atropelou os moderados e impôs nomes que o deputado Carlos Sant'Anna, líder do governo, considerou muito à

esquerda. Agora, entendem os assessores e o próprio Covas, será preciso conciliar.

— Para escolher os 11 pemedebistas que integrarão cada uma das 23 subcomissões, estamos conversando com todos. Só há problemas, por enquanto, na subcomissão do Executivo, em que há 23 candidatos para as 11 vagas — diz o líder. Ultrapassada essa fase, começa a escolha para presidente e relator. Aí, se dá o choque entre "covistas" e os moderados.

Subcomissões têm disputa acirrada

Brasília — A acomodação dos parlamentares nas 24 subcomissões da Constituinte lembra a brincadeira infantil da dança das cadeiras. Por enquanto, eles correm em volta de cadeiras vazias, de olho nos melhores lugares. Na terça-feira, com a eleição dos presidentes e vice-presidentes das subcomissões, a música será interrompida. Ao contrário do que ocorre no jogo, ninguém vai sobrar, porque há lugar para todos. Mas muitos sairão machucados, ao verem os lugares que ambicionavam entregues a outros.

A deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), por exemplo, intensificou suas andanças pelo Congresso Nacional, tentando garantir a indicação para o cargo de relator da subcomissão de Ciência e Tecnologia e de Comunicação (da comissão da Família, da Educação,

Cultura, Esporte, Comunicação, Ciência e Tecnologia)

Candidata oficial do partido, Cristina enfrenta a concorrência do deputado José Carlos Martinez (PMDB-PR), cuja família é proprietária da TV Paraná. Ela aponta como principal opositor de sua indicação o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, a quem chama de "adversário histórico". A presença do irmão do ministro, o deputado Ângelo Magalhães (PFL-BA), e da deputada Rita Furtado (PFL-RO) — mulher do secretário-geral do Ministério das Comunicações, Rômulo Furtado — na subcomissão seriam a comprovação.

A indicação do deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE) para relator da subcomissão da Política Agrária e Fundiária e da Reforma Agrária (da Comissão da Ordem Econômica) não agradou

a esquerda. Sob a alegação de que ele é proprietário de terras em Pernambuco, PT, PC do B e PDT articulam a rejeição ao nome de Oswaldo Lima e lutarão pela candidatura do deputado Benedito Monteiro (PMDB-BA).

As disputas não se limitam ao PMDB, que terá relatores em 13 subcomissões. O PFL já indicou os cinco que lhe couberam, mas não sairá ileso. O deputado Humberto Souto (PFL-MG) não esconde a mágoa por ser apenas um dos membros da subcomissão do Poder Executivo (da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo). Lutava por um lugar na Comissão de Sistematização ou, no mínimo, o cargo de relator de uma das subcomissões. Hoje, se diz conformado, mas não esconde a insatisfação com o líder da bancada, deputado José Lourenço.

PFL ameaça não indicar Arinos

Brasília — "Não falo sobre isto. Estou na moita." Discreto, o senador Afonso Arinos (PFL-RJ) recusou-se a comentar a movimentação de uma parte da bancada de seu partido para evitar sua indicação para a presidência da Comissão de Sistematização, substituindo-o pelo líder do PDS no Senado, Carlos Chiarelli (RS). Único nome do PFL considerado com direito líquido e certo a um cargo de importância na Constituinte — embora com as restrições de parlamentares do PMDB —, Arinos terá agora que disputá-lo em reunião de bancada, marcada para a próxima terça-feira.

O líder em exercício do PFL, Alcení Guerra (PR), assumiu a condição de maior cabo eleitoral de Chiarelli, que ontem se ausentou de Brasília. Ele garantiu: "Em cada dois parlamentares, um se escandaliza com a idéia, o outro se fanatiza." O movimento em favor de Chiarelli, segundo outro vice-líder, partiu do próprio líder no Senado. Passou a ser articulado com mais desenvoltura a partir da eleição da Mesa, quando se configurou uma insatisfação, por parte de constituintes do PMDB, com a indicação de

Arinos para a presidência da Comissão de Sistematização, a mais importante de todas.

Octogenário

Toda a campanha em favor de Chiarelli está baseada na idade avançada de Arinos. "Eu sou jovem, faço **cooper** todos os dias e assim mesmo, ao final de cinco horas de reunião, estou exausto. Um octogenário, então, jamais vai ter condições de agüentar este pique", disse Alcení Guerra.

Comprovando que a candidatura de Chiarelli é um movimento lançado pelas próprias lideranças pefelistas, as restrições ao nome do senador gaúcho partem justamente dos grupos que se opõem aos líderes do partido. "No Arinos, o PMDB vota. E no Chiarelli?", perguntou o PMDB vota. E no Chiarelli?". "Isto é uma indignidade", protestou o deputado Humberto Souto (MG), também em rota de colisão com o líder José Lourenço.

Como se não bastasse, a Comissão de Sistematização será a única cuja presidência, que cabe ao PFL, será preenchida por decisão da bancada, e não por decisão pessoal do líder José Lourenço.